

Cuide bem do seu voto:
o que levar no dia da eleição,
canais de proteção ao eleitor e
de denúncia de crimes eleitorais.

PÁGINA 3



Na Alece, debatem-se e aprovam-se leis que definem os serviços e as políticas públicas para todo o Estado do Ceará.

PÁGINAS 4 E 5

A escolha de senadores e deputados impacta diretamente a vida nos municípios cearenses. Esta edição especial detalha o papel do Legislativo, a engrenagem das casas de leis e as transformações reais promovidas pela atuação parlamentar na economia e nos serviços públicos do Ceará

O parlamento e as cidades: pontes para o desenvolvimento

Congresso Nacional analisa projetos, aprova o Orçamento da União e fiscaliza as ações do Governo Federal.

PÁGINAS 6 E 7



Lideranças políticas, deputados federais e estaduais falam da importância do diálogo com o parlamento para os municípios.

PÁGINAS 8 A 12



OpiniãoCE
Direto ao ponto

www.opinioce.com.br

SETEMBRO DE 2026

EDITORIAL

A hora do voto: uma responsabilidade coletiva

Mais do que uma obrigação legal para parte dos eleitores, votar expressa a liberdade de escolha e o compromisso com o futuro da comunidade. Na urna, cada voto tem o mesmo valor. A escolha é individual, mas seus efeitos alcançam toda a sociedade.

O escritor e político cearense José de Alencar escreveu: “O voto não é, como pretendem muitos, um direito político, é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional; é o cidadão.” Sua reflexão nos lembra que uma eleição ajuda a definir os rumos de uma cidade, de um estado e do país.

As eleições para presidente da República, governadores, senadores e deputados se aproximam. Embora muitos eleitores duvidem da possibilidade de mudar a história do país, cada cidadão pode valorizar seu voto ao avaliar as propostas, a trajetória e o compromisso dos candidatos com a população.

A Constituição Federal estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Também determina que a soberania popular seja exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. O voto é, portanto, um instrumento de participação nas decisões políticas e nos caminhos da sociedade.

Nem sempre essa participação foi assegurada a todos. Houve períodos em que as mulheres não podiam votar, a renda limitava o direito ao voto e o poder dos coronéis restringia a liberdade de escolha. Conhecer essa história ajuda a compreender o valor de cada conquista democrática.

Hoje, o voto de cada eleitor tem o mesmo valor, independentemente de sua condição financeira ou posição social. Exercê-lo com consciência exige buscar informações, examinar propostas e pensar nas consequências da escolha para a coletividade. É uma responsabilidade que começa na urna e se estende ao acompanhamento dos representantes eleitos.

“

AS ELEIÇÕES PARA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
GOVERNADORES, SENADORES
E DEPUTADOS SE APROXIMAM.
EMBORA MUITOS ELEITORES
DUVIDEM DA POSSIBILIDADE
DE MUDAR A HISTÓRIA
DO PAÍS, CADA CIDADÃO
PODE VALORIZAR SEU
VOTO AO AVALIAR AS
PROPOSTAS, A TRAJETÓRIA
E O COMPROMISSO DOS
CANDIDATOS COM
A POPULAÇÃO.



EXPEDIENTE

GRUPO DE COMUNICAÇÃO OPINIÃO CE
Presidente: **ROBERTO MOREIRA**
Diretora-geral: **ELBA AQUINO**
Diretora Comercial: **ROSSI DANTAS**
Gerente de Novos Negócios: **JOÃO MAROPO**
Editores: **DELLANO RIOS, LYZ VASCONCELOS**
E RODRIGO RODRIGUES
Gerente Administrativo: **JÚNIOR SANTOS**

**ESPECIAL O PARLAMENTO E AS CIDADES:
PONTES PARA O DESENVOLVIMENTO**
SETEMBRO DE 2026
Edição: **DELLANO RIOS**
Textos: **DELLANO RIOS, RODRIGO
RODRIGUES E FELIPE BARRETO**
Imagens: **DIVULGAÇÃO E GETTYIMAGES**
Projeto Gráfico e Diagramação: **JOÃO MAROPO**
Endereço: Rua Professor Dias da Rocha, 1097B
- Bairro: Aldeota.
CEP: 60170-285. Fortaleza-CE
CNPJ: 45.114.358/0001-83
Tel. redação: (85) 3037 9117



Foto: Parallax/Gettyimages

Cuide bem do seu voto: o que você não pode esquecer no dia das eleições

Depois de escolher quem vai ocupar as cadeiras do Congresso, da Alece e do Palácio da Abolição, o eleitor precisa estar atento também às regras do dia da votação

Escolher bem seu candidato exige atenção do eleitor. A decisão terá efeito prático no seu dia a dia pelos próximos quatro (ou oito) anos. Por isso, é preciso estar atento ao dia da votação. O Opinião CE ajuda você nessa preparação, para não esquecer de nada para uma data tão importante.

Para chegar à seção eleitoral sem contratempos, é importante conferir antes o local de votação e levar um documento oficial com foto. O título de eleitor impresso não é obrigatório. Também pode ser usado o e-Título, desde que o aplicativo apresente a fotografia do eleitor. Entre os documentos aceitos estão carteira de identidade, identidade social, CNH, passaporte, certificado de reserva, carteira de trabalho física e carteiras de categoria profissional reconhecidas por lei. Mesmo documentos com prazo de validade vencido podem ser aceitos, desde que permitam comprovar a identidade. Certidões de nascimento e de casamento não servem para essa finalidade.

O e-Título também permite consultar informações como o local de votação, a zona e a seção eleitoral. A Justiça Eleitoral recomenda que esses dados sejam conferidos com antecedência, para não correr o risco de você ir parar no lugar errado. O aplicativo oferece ainda outros serviços eleitorais, inclusive a possibilidade de justificar a ausência às urnas nos casos previstos.

NA CABINE, CELULAR FICA DO LADO DE FORA

O eleitor pode levar uma anotação pessoal com os números das candidaturas em que pretende votar, a chamada “colinha eleitoral”. Em 2026, a sequência de votação inclui deputado federal, deputado estadual, dois senadores, governador e presidente. A anotação permite consultar os números sem recorrer ao celular.

Na cabine de votação, não é permitido portar celular, máquina fotográfica, filmadora ou qualquer equipamento que possa comprometer o sigilo do voto, mesmo que esteja desligado. O aparelho deve ser deixado com a mesa receptora antes de o eleitor entrar na cabine. Também são proibidas manifestações coletivas ou com barulho e a distribuição de camisetas, material

de propaganda e outros meios de propaganda eleitoral no dia da votação.

A legislação permite, porém, a manifestação individual e silenciosa da preferência política. O eleitor pode usar, por exemplo, camiseta, broche ou adesivo, desde que a manifestação seja individual e silenciosa e não se transforme em ato coletivo de campanha.

ONDE DENUNCIAR

O cuidado com o voto não termina quando o eleitor deixa a cabine. Durante a campanha e no processo eleitoral, podem surgir situações que devem ser comunicadas às autoridades. Para irregularidades relacionadas à propaganda eleitoral, um dos canais disponibilizados pela Justiça Eleitoral é o aplicativo Pardal. Por meio dele, o eleitor pode encaminhar denúncias sobre possíveis infrações, como propaganda irregular. O acesso ao aplicativo exige autenticação pelo e-Título ou pelo Gov.br.

Para possíveis casos de desinformação sobre o processo eleitoral, o TSE disponibiliza o Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral (Siade). O canal recebe comunicações sobre conteúdos falsos ou enganosos relacionados, por exemplo, às urnas eletrônicas, ao processo de votação e à atuação da Justiça Eleitoral.

Já uma situação que possa configurar crime eleitoral deve ser comunicada às autoridades competentes. Segundo o TSE, o cidadão pode procurar a autoridade policial, o Ministério Público Eleitoral ou a autoridade judiciária da zona eleitoral onde ocorreu o fato. O canal adequado depende, portanto, da natureza da ocorrência.

INFORMAÇÃO TAMBÉM PROTEGE O ELEITOR

Saber onde buscar informação é outra forma de evitar problemas. O TSE mantém serviços oficiais para consulta de regras, calendário, candidaturas e procedimentos de votação. O e-Título concentra informações individuais do eleitor, como local de votação, enquanto os canais da Justiça Eleitoral reúnem orientações gerais sobre as eleições.

Em caso de dúvida sobre uma mensagem recebida em redes sociais ou aplicativos, a consulta às fontes oficiais pode ajudar a verificar se a informação procede. A Justiça Eleitoral também mantém mecanismos específicos para comunicar conteúdos que possam desinformar sobre o processo eleitoral.

Nas Eleições Gerais de 2026, o primeiro turno será realizado em 4 de outubro. Caso seja necessário segundo turno para os cargos previstos na legislação, a votação ocorrerá em 25 de outubro.

GUIA RÁPIDO DO ELEITOR

ANTES DE SAIR DE CASA

Leve: documento oficial com foto

Pode usar: e-Título com fotografia

Confira: local, zona e seção no e-Título

Pode levar: anotação pessoal com os números dos candidatos

Não leve para a cabine: celular, câmera ou equipamento que possa registrar o voto

DENÚNCIA: QUAL CANAL USAR?

PROPAGANDA IRREGULAR

Pardal Móvel

Aplicativo gratuito para Android e iOS. Permite enviar fotos, vídeos, áudios e links. Acesso pelo e-Título ou Gov.br.

DESINFORMAÇÃO ELEITORAL

Siade (Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral do TSE)

Para conteúdos falsos, enganosos ou fora de contexto relacionados ao processo eleitoral.

POSSÍVEL CRIME ELEITORAL

Ministério Público Eleitoral, autoridade policial ou Justiça Eleitoral

O canal depende da natureza e do local da ocorrência.

TRE-CE – OUVIDORIA

Telefone: (85) 3453-3857

WhatsApp/Telegram: (85) 99430-6318

E-mail: ouvidoria@tre-ce.jus.br

Atendimento: 8h às 17h

ELEIÇÕES 2026

1º turno: 4 de outubro

2º turno, se houver: 25 de outubro

Fontes: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Resolução-TSE nº 23.751/2026 e Resolução-TSE nº 23.759/2026.



Alece: as decisões que passam pela Assembleia do Ceará

Deputados estaduais discutem e aprovam leis, analisam o orçamento do Estado e fiscalizam o governo. É nesse espaço que são tomadas algumas das decisões que afetam serviços e políticas públicas em todo o Ceará

Quando uma regra estadual muda, quando o orçamento do Ceará é aprovado ou quando deputados convocam uma autoridade para prestar esclarecimentos, há um espaço institucional por trás dessas decisões: a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Formada atualmente por 46 deputados e deputadas, a Casa é o Poder Legislativo estadual e tem entre suas funções legislar, fiscalizar o Executivo e participar da definição das prioridades orçamentárias do Estado.

O trabalho dos deputados estaduais é diferente daquele exercido pelos parlamentares do Congresso Nacional. A competência da Alece está relacionada principalmente às matérias de interesse do Ceará e às atribuições que a Constituição Federal e a Constituição Estadual reservam aos estados. Entre os assuntos que passam pela Assembleia estão questões relacionadas à organização administrativa do Estado, serviços públicos estaduais, tributos estaduais e orçamento.

ANTES DO PLENÁRIO, AS COMISSÕES

Nem toda proposta chega diretamente ao plenário. Boa parte do trabalho começa nas comissões, grupos de deputados especializados em determinadas áreas. É nelas que os projetos são analisados, recebem pareceres e podem ser discutidos com representantes do poder público, especialistas e organizações da sociedade.



A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por exemplo, examina os aspectos constitucionais, legais, jurídicos e regimentais das proposições. Já a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação analisa matérias financeiras, tributárias e orçamentárias e verifica a compatibilidade de propostas que alterem receitas ou despesas com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

As comissões também podem realizar audiências públicas para discutir projetos ou assuntos de interesse público. O Regimento Interno da Alece prevê inclusive a realização de audiências em diferentes regiões do Estado para subsidiar o processo legislativo. Assim, uma discussão iniciada na Assembleia pode incorporar demandas apresentadas fora de Fortaleza.

Depois da tramitação nas comissões, quando a matéria precisa ser submetida ao conjunto dos parlamentares, ela chega ao plenário. É ali que os deputados discutem e votam os projetos. Dependendo do tipo de proposição e das regras de tramitação, algumas matérias também podem ser deliberadas pelas próprias comissões.

O ORÇAMENTO DO CEARÁ

Uma das decisões de maior alcance da Assembleia ocorre todos os anos durante a análise das leis orçamentárias. O Legislativo estadual participa da discussão e aprovação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, instrumentos que estabelecem planejamento, prioridades e autorização para despesas do governo estadual.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação acompanha temas como receitas e despesas públicas, tributação, empréstimos e execução dos recursos destinados a áreas como educação. Em julho de 2026, por exemplo, a comissão aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 antes de a matéria seguir para discussão e votação no plenário. O projeto estimava receita tributária de R\$ 20,6 bilhões para o ano seguinte.

A análise do orçamento também permite que os deputados apresentem emendas às propostas orçamentárias. Essas alterações podem modificar a programação prevista nos projetos enviados pelo Executivo, dentro das regras estabelecidas pela legislação.

Foto: Marcos Moura/Alece

A ASSEMBLEIA EM NÚMEROS

46

deputados estaduais integram
atualmente a Alece

4 anos

é a duração do mandato de
deputado estadual.

184

municípios formam o Ceará e
estão sujeitos, quando cabível,
às leis estaduais.

3

instrumentos organizam o
planejamento e o orçamento
estadual: PPA, LDO e LOA.

COMISSÕES

É nelas que os projetos são examinados
por tema antes de muitas das decisões
chegarem ao plenário.

FISCALIZAÇÃO

A Alece pode solicitar informações,
documentos e auditorias e
acompanhar a aplicação de
recursos públicos estaduais.

FISCALIZAR O GOVERNO

O deputado estadual não exerce função de secretário de Estado nem administra diretamente escolas, hospitais, estradas ou outros serviços do governo estadual. Uma de suas atribuições é fiscalizar como o Executivo administra os recursos e executa as políticas públicas.

A Comissão de Fiscalização e Controle da Alece pode solicitar informações e documentos à administração pública, avaliar programas e projetos de governo e acompanhar a aplicação de recursos. Também pode analisar contas de administradores públicos e solicitar ao Tribunal de Contas do Estado inspeções ou auditorias.

Essa fiscalização pode envolver tanto atos da administração direta quanto de órgãos e entidades da administração indireta. O Regimento prevê ainda que, quando uma apuração identificar irregularidades, os resultados podem ser encaminhados ao Ministério Público e aos órgãos responsáveis pelas providências administrativas cabíveis.

Foto: Bia Medeiros/Alece



LEIS QUE VALEM PARA TODO O CEARÁ

Depois de aprovada pela Alece, sancionada quando for o caso e publicada conforme as regras legais, a lei passa a integrar o conjunto de normas que regem o Estado. É por isso que o trabalho de um deputado estadual não se limita à relação com o município onde recebeu mais votos.

As decisões da Assembleia podem alcançar os 184 municípios cearenses quando tratam de matérias de competência estadual. O parlamentar também pode apresentar requerimentos, participar de comissões, propor audiências públicas e atuar na fiscalização de políticas e programas estaduais.

Em 2026, a própria Alece informou que havia realizado 249 sessões parlamentares no primeiro semestre e aprovado 341 projetos e 2.239 requerimentos no período. Os números ajudam a dimensionar que a atividade parlamentar envolve uma quantidade de proposições e procedimentos muito maior do que as votações mais visíveis no plenário.

Para o eleitor, entender esse funcionamento ajuda a separar as atribuições de cada esfera de poder. Um deputado estadual não substitui prefeito, vereador, governador ou deputado federal. Seu mandato está inserido em uma estrutura específica: a Assembleia Legislativa, onde leis estaduais são discutidas, o orçamento do Ceará é analisado e a atuação do governo estadual pode ser fiscalizada.



Foto: Júnior Pio/Alece

Congresso Nacional: onde as decisões viram leis e dinheiro público

Câmara dos Deputados e Senado dividem funções, analisam projetos, aprovam o Orçamento e fiscalizam o Governo Federal

Uma mudança nas regras de impostos, a criação de uma política nacional de saúde, a definição de despesas do governo federal ou a autorização para determinado financiamento público podem parecer decisões distantes da rotina de quem vive no Ceará. Boa parte delas, porém, passa pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O Congresso é o Poder Legislativo da União. Câmara e Senado trabalham separadamente na maior parte do tempo, mas algumas atribuições são exercidas em conjunto. As duas Casas participam da elaboração das leis, da análise do Orçamento federal e da fiscalização do Poder Executivo. Também têm competências específicas previstas pela Constituição.

A diferença começa na representação. A Câmara dos Deputados tem 513 parlamentares, eleitos pelo sistema proporcional, com mandato de quatro anos. O número de deputados por estado varia de acordo com a população, respeitando o mínimo de oito e o máximo de 70 representantes por unidade da Federação. O Senado tem 81 integrantes: três para cada estado e para o Distrito Federal. O mandato é de oito anos.

Isso significa que Câmara e Senado representam perspectivas diferentes dentro do mesmo Congresso. Enquanto os deputados representam a população, os senadores representam os estados e o Distrito Federal. Em 2026, os eleitores escolherão dois senadores por estado e pelo Distrito Federal, totalizando 54 das 81 cadeiras da Casa.

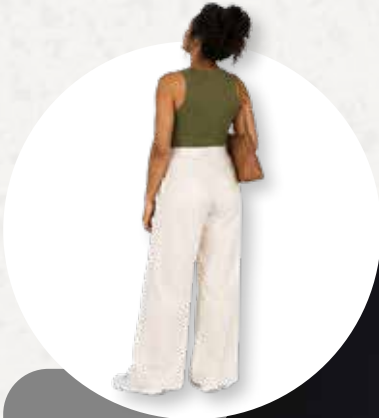
DO PROJETO À LEI

Uma lei não nasce pronta no plenário. Um projeto pode ser apresentado, entre outros, por deputados, senadores, comissões, presidente da República, Supremo Tribunal Federal, tribunais superiores, procurador-geral da República e cidadãos, por meio da iniciativa popular. O ponto de partida depende de quem apresenta a proposta. Projetos de deputados e outras iniciativas normalmente começam na Câmara; projetos apresentados por senadores ou comissões do Senado começam no Senado.

Depois de apresentado, o texto passa por análise. Na Câmara, projetos podem ser distribuídos a comissões temáticas, nas quais parlamentares examinam o conteúdo e um relator apresenta parecer. Dependendo da proposta, também são avaliados aspectos constitucionais e orçamentários. Algumas matérias podem ser aprovadas pelas próprias comissões, sem passar pelo plenário; outras obrigatoriamente chegam à votação de todos os deputados.

Quando uma proposta precisa ser votada pelo plenário, os deputados discutem e deliberam sobre o texto. Se aprovado, o projeto segue para o Senado, que pode aprová-lo, modificá-lo ou rejeitá-lo. Quando há alterações feitas pela segunda Casa, o texto retorna à primeira para nova análise. Se for aprovado pelo Congresso, em regra, segue para sanção ou veto do presidente da República.

Há exceções e procedimentos diferentes conforme o tipo de matéria. Uma Proposta de Emenda à Constituição, por exemplo, precisa passar por dois turnos de votação em cada Casa e exige quórum qualificado. Medidas provisórias seguem um rito próprio, com análise inicial por comissão mista e posterior votação separada na Câmara e no Senado.



CONGRESSO EM NÚMEROS

513

deputados federais

3

senadores representam cada estado e o Distrito Federal

81

senadores

54

vagas do Senado serão disputadas nas eleições de 2026

4 anos

mandato de deputado federal

3

principais leis estruturam o Orçamento da União: PPA, LDO e LOA

8 anos

mandato de senador

Fontes: Constituição Federal; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Congresso Nacional

**O parlamento e as
cidades: pontes para
o desenvolvimento**

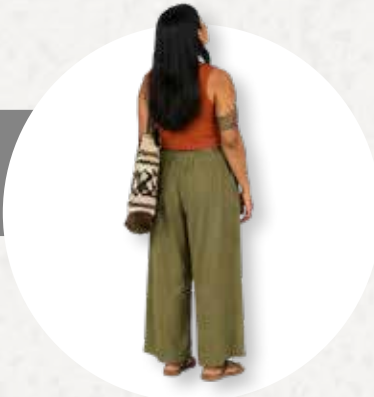
O PODER DE MEXER NO ORÇAMENTO

Outra atribuição que ajuda a explicar o impacto do Congresso na vida cotidiana está no dinheiro público. O Orçamento da União é organizado principalmente por três leis: o Plano Plurianual (PPA), que estabelece diretrizes, objetivos e metas para quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define metas e prioridades para o ano seguinte; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima receitas e autoriza despesas.

O Congresso analisa e vota essas leis. Durante a execução do Orçamento, também fiscaliza a arrecadação, os gastos, os repasses e a aplicação dos recursos públicos. Deputados e senadores podem ainda apresentar emendas parlamentares, instrumentos pelos quais alteram a programação orçamentária e destinam recursos para determinadas ações, respeitadas as regras constitucionais e legais.

É importante, porém, separar a indicação de recursos da execução de uma obra. Um deputado federal não constrói uma escola, pavimenta uma rua ou administra um hospital. A execução cabe aos órgãos responsáveis pelo serviço ou pela obra. O parlamentar pode atuar na legislação, na fiscalização e na destinação de recursos do Orçamento por meio das emendas.

Foto: Ton Molina/Agência Senado



**FISCALIZAR TAMBÉM É FUNÇÃO
PARLAMENTAR**

O Congresso não existe apenas para aprovar leis. A Constituição também atribui ao Legislativo federal a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades. Nessa tarefa, o Congresso conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Deputados e senadores podem solicitar informações a autoridades, convocar ministros e outros titulares de órgãos ligados à Presidência da República para prestar esclarecimentos e participar de comissões parlamentares de inquérito, as CPIs, destinadas a investigar fato determinado por prazo certo.

As comissões, aliás, são uma parte importante do funcionamento do Congresso. É nelas que boa parte das propostas é examinada antes de chegar ao plenário. No Senado, assim como na Câmara, existem comissões permanentes e temporárias, com temas e atribuições definidos pelos regimentos das Casas. O plenário é a instância de deliberação dos parlamentares quando a matéria precisa ser submetida ao conjunto dos deputados ou senadores.

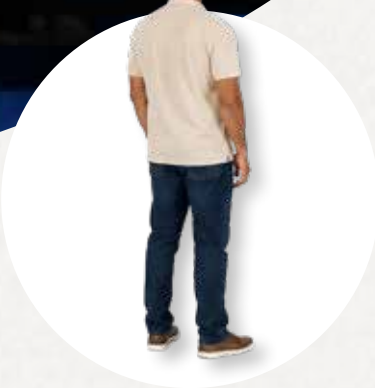
No cotidiano do Congresso, portanto, o trabalho parlamentar acontece muito além do momento em que as câmeras registram uma votação. Projetos são apresentados, discutidos, modificados e examinados em comissões; o Orçamento é analisado; autoridades podem ser convocadas; recursos públicos são acompanhados; e decisões passam por diferentes etapas antes de se transformarem em normas ou autorizações.

É nesse percurso que o voto dado a deputado federal e senador ganha consequência institucional. Os parlamentares escolhidos nas urnas passam a participar de decisões que envolvem as regras nacionais, o dinheiro do Orçamento da União e a fiscalização do governo federal. Conhecer esse trabalho é também entender os limites e as responsabilidades de cada cargo.

EMENDAS PARA OS MUNICÍPIOS

Uma das formas mais concretas de atuação dos deputados federais no Orçamento é por meio das emendas parlamentares. Elas permitem que os congressistas indiquem recursos para determinadas programações, incluindo ações em estados e municípios. As emendas podem ser individuais ou coletivas, apresentadas por bancadas estaduais e comissões. As individuais são impositivas, ou seja, têm execução obrigatória pelo governo, desde que atendidos os requisitos legais e não haja impedimentos técnicos.

No caso das emendas individuais, o deputado pode destinar recursos para o estado pelo qual foi eleito ou para municípios daquele estado. A Constituição prevê duas formas principais: a transferência especial, pela qual o dinheiro é repassado diretamente ao ente beneficiado, e a transferência com finalidade definida, vinculada à programação indicada na emenda. Os recursos podem financiar ações de competência do poder público beneficiado, mas existem restrições legais, como a proibição de usá-los para pagamento de pessoal e da dívida. A destinação, portanto, não significa que o deputado execute diretamente a obra ou o serviço: cabe ao município, ao estado ou ao órgão responsável aplicar e prestar contas dos recursos conforme as regras.





De Brasília à Alece, alianças entram no cálculo de Ozires Pontes para o futuro de Massapê

Gestor reforça apoio à eleição de deputados que já têm histórico de parceria com o município



Uma obra esperada pela população pode começar com um projeto da Prefeitura, mas dificilmente termina na mesa do prefeito. Entre o planejamento e a entrega, é preciso reunir recursos, negociar prioridades e manter diálogo com os governos estadual e federal. É nesse caminho que deputados estaduais e federais podem ajudar a transformar demandas municipais em investimentos concretos.

Em Massapê, essa relação ganhou também um peso eleitoral. O prefeito Ozires Pontes (PSDB) apoia a reeleição do deputado federal AJ Albuquerque (PP) e a candidatura do atual presidente da Assembleia Legislativa, Romeu Aldigueri (PSB), a deputado estadual. Para o Governo do Ceará, está ao lado de Ciro Gomes (PSDB), adversário político do atual governador, Elmano de Freitas (PT).

A escolha de AJ Albuquerque e Romeu Aldigueri tem, para Ozires, uma explicação que antecede a atual disputa estadual. Na eleição municipal de 2024, AJ rompeu politicamente com a própria irmã, a então prefeita Aline Albuquerque, candidata à reeleição, e se colocou ao lado de Ozires numa disputa decidida por apenas 106 votos. O envolvimento foi além de uma declaração formal de apoio: AJ participou da campanha, ajudou na composição política e a aliança continuou depois da posse.

Com Romeu Aldigueri, a relação também é anterior à Prefeitura: Ozires votou nele em 2022 e, conforme ressalta, o deputado permaneceu “firme e forte” ao seu lado até a eleição de 2024. Já prefeito, encontrou em Romeu, hoje presidente da Assembleia Legislativa, um interlocutor junto ao Governo do Estado, apresentando demandas de Massapê em diversas áreas da gestão.

A composição atravessa as divisões mais evidentes da política estadual: AJ e Romeu mantêm vínculos com a base do atual governo, enquanto Ciro disputa a eleição pela oposição. Ozires sustenta que, para um prefeito, essas relações precisam ser examinadas também pelo que representam para o município. Ao explicar seus apoios, afirma que os parlamentares já haviam contribuído para sua trajetória política e para a gestão de Massapê.



“NA ELEIÇÃO, COSTUMA-SE FALAR MUITO MAIS NA ESCOLHA DO PRESIDENTE E DO GOVERNADOR. MAS O ELEITOR TAMBÉM PRECISA COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DO VOTO PARA DEPUTADO.”

OZIRES PONTES
PREFEITO DE MASSAPÊ

Essa compreensão sobre o peso do Legislativo também está entre as referências políticas mais próximas de Ozires. Seu pai, Luiz Pontes, construiu uma trajetória marcada justamente pela passagem entre Parlamento e Executivo: foi deputado estadual e federal, líder do Governo Tasso Jereissati na Assembleia, presidente da Casa, senador e secretário de Governo na gestão Lúcio Alcântara. A experiência permitiu a Luiz Pontes conhecer os dois lados dessa relação, tanto o de quem atua na aprovação de leis, orçamentos e na articulação política quanto o de quem participa da execução das políticas públicas. É uma referência familiar que vem de antes: Luiz é filho de Ozires Pontes, liderança política de Massapê que também chegou ao Senado, e o atual prefeito herdou do avô, além do nome, uma tradição familiar de presença na política cearense.

Já o apoio a Ciro tem uma história própria. Ex-presidente do PSDB cearense, Ozires foi um dos primeiros políticos com mandato no Estado a defender publicamente a candidatura do ex-governador. Na avaliação do prefeito, uma vitória de Ciro irá ampliar o diálogo de Massapê com o Governo do Estado nos dois anos finais de seu mandato e criar condições para avançar em projetos e obras.

IMPORTÂNCIA DO PARLAMENTO

Para Massapê, as eleições de 2026 colocam em evidência uma questão que vai além das alianças de campanha. O resultado das parcerias com deputados e com o futuro governador será medido pela capacidade de fazer as demandas da cidade chegarem aos espaços de decisão e, depois, pela entrega efetiva à população.

“Na eleição, costuma-se falar muito mais na escolha do presidente e do governador. Mas o eleitor também precisa compreender a importância do voto para deputado. É no Parlamento que são aprovadas as leis, discutidos os orçamentos e destinados recursos que podem se transformar em obras e serviços nos municípios”, afirma o prefeito.

Ozires reconhece que um prefeito não governa sozinho. “Precisa de deputados presentes, que conheçam as necessidades da cidade, defendam seus projetos e ajudem a abrir caminhos junto aos governos estadual e federal. Por isso, o eleitor deve observar quem realmente tem compromisso com Massapê e capacidade de construir parcerias que tragam resultados concretos para a população”, destaca.

Luiz Pontes
Foto: Divulgação



Parceria com deputados alavanca saúde, agricultura e infraestrutura de Quixadá

Para o prefeito Ricardo Silveira, ponte entre a gestão e os legisladores é “indispensável” para o município, capaz de “transformar projetos em realidade”

Uma boa gestão municipal exige, além de dotes e competência administrativa, capacidade de articulação política. Em Quixadá, no Sertão Central cearense, o prefeito Ricardo Silveira (PSD) destaca que conquistas históricas para o povo do município têm sido alcançadas por meio de “uma parceria firme” com os deputados.

Segundo o gestor, os parlamentares são “uma ponte indispensável entre a gestão municipal e os governos Federal e Estadual”, capaz de abrir portas de ministérios e secretarias de governo, com o objetivo de “transformar projetos em realidade”.

Ricardo Silveira está à frente da gestão municipal de Quixadá desde 2021. Na alternância de pleitos, o gestor não perde de vista a articulação com representantes eleitos para a Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) e o Congresso Nacional. Para as eleições de 4 de outubro, o gestor declarou apoio às reeleições dos deputados Domingos Neto (federal) e Osmar Baquit (estadual), do senador Cid Gomes e do governador Elmano de Freitas.

PRINCIPAIS ARTICULAÇÕES

Dentre as principais conquistas nestes últimos quatro anos, durante a Legislatura 2023-2026, o prefeito destacou ações na saúde, na agricultura e na infraestrutura.

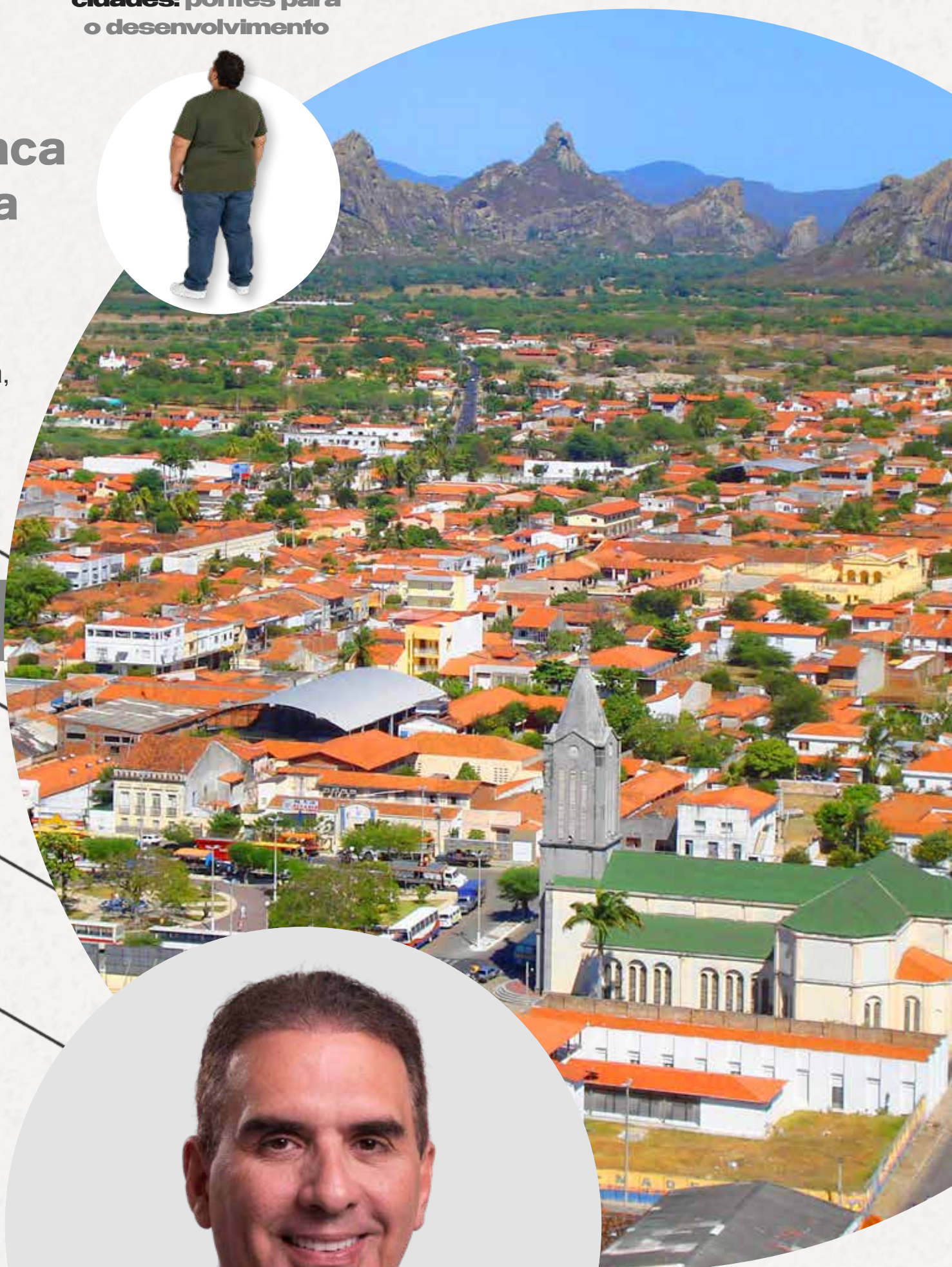
“Com o Ministério da Saúde, por exemplo, viabilizamos equipamentos fundamentais, como o combo para cirurgias oftalmológicas e um moderno aparelho de tomografia para o município de Quixadá”, disse.

Já em relação ao setor produtivo, ele aponta a articulação para a implantação de estradas vicinais que fortalecem os distritos e as comunidades.

Silveira também aponta o desbloqueio de investimentos por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Ainda na agropecuária, ele acrescenta ações que levaram “dignidade ao campo”.

“Articulamos a estruturação de sistemas de abastecimento de água que garantiram água potável na torneira de mais de 5 mil famílias quixadaenses. Isso é política pública séria, humana e com impacto real”, definiu.

Outra realização que aponta como uma das principais conquistas foi a expansão da pavimentação asfáltica, a qual afirma ser um “grande marco” que “transformou a mobilidade urbana e a infraestrutura em diversos distritos” do município.



Ricardo Silveira: articulação com parlamentares abre portas no Executivo e possibilita entregas à população.
Foto: Divulgação

EMENDAS

Ricardo Silveira também falou sobre o papel das emendas parlamentares, as quais ele afirma que “deixaram de ser um mero complemento para se tornarem uma necessidade vital na gestão pública municipal”.

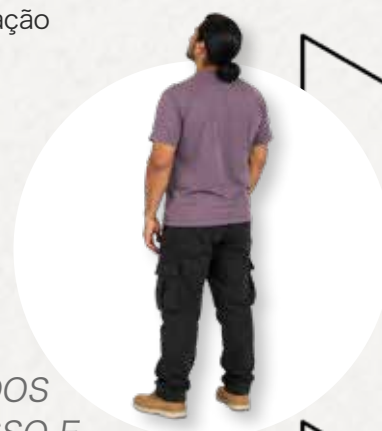
Conforme ele, atualmente, “difícilmente um município brasileiro consegue se manter sustentável e expandir serviços sem o direcionamento desses recursos”.

Como acrescentou o prefeito, as emendas parlamentares fazem parte do cronograma financeiro e do planejamento de metas da Prefeitura de Quixadá.

“Cada real destinado pelos nossos deputados parceiros no Congresso e na Assembleia Legislativa se converte diretamente em mais saúde, infraestrutura e desenvolvimento para toda a nossa população”, finalizou.

“CADA REAL DESTINADO PELOS NOSSOS DEPUTADOS PARCEIROS NO CONGRESSO E NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SE CONVERTE DIRETAMENTE EM MAIS SAÚDE, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO PARA TODA A NOSSA POPULAÇÃO”

RICARDO SILVEIRA,
PREFEITO DE QUIXADÁ



“Nosso papel é fazer a ponte entre Brasília e a vida real do cidadão”, afirma Luiz Gastão

Deputado federal e liderança do setor produtivo detalha ações na Câmara dos Deputados em pautas econômicas, trabalhistas e regionais do Ceará



A atuação no Poder Legislativo ganha relevância quando o trabalho de formulação de leis e debates orçamentários se reflete diretamente na rotina da população e no ambiente de negócios dos municípios. Candidato à reeleição pelo PSD nas eleições deste ano, o deputado federal Luiz Gastão defende que o mandato parlamentar precisa traduzir as necessidades da sociedade e do setor produtivo em medidas concretas no Congresso Nacional.

Com trajetória construída na liderança empresarial, como presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (Fecomércio-CE) e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o parlamentar pauta sua atividade em Brasília pela interlocução entre a economia real e a gestão pública, somando a essa agenda a presidência da Frente Parlamentar Católica na Câmara.

“Acredito que o papel do parlamento é fazer a ponte entre Brasília e a vida real do cidadão. É isso que tenho buscado como deputado do setor produtivo e como presidente da Frente Parlamentar Católica: transformar princípios em ação concreta”, pontua Luiz Gastão.



PAUTAS NACIONAIS E TRIBUTÁRIAS

No Congresso Nacional, o deputado participou diretamente do processo de votação e relatoria de matérias voltadas ao trabalho, renda e tributação. Entre as frentes acompanhadas na Câmara, integrou os debates da comissão que discutiu a ampliação da isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil por mês e presidiu a subcomissão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No campo das relações trabalhistas, Gastão atuou como relator da subcomissão voltada à análise do modelo de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial. A proposta busca equilibrar as demandas dos trabalhadores com a viabilidade operacional das empresas. Durante a tramitação da Reforma Tributária, o parlamentar integrou o grupo de trabalho que garantiu a alíquota de Taxa Zero para os itens da Cesta Básica Nacional e deu parecer favorável à implementação do programa Gás do Povo.

“No Congresso, atuei em pautas que impactam diretamente o dia a dia das pessoas. Integrei a comissão da isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, fui relator da subcomissão da redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário, presidi a subcomissão do FGTS e integrei o grupo da Reforma Tributária que garantiu a Cesta Básica com Taxa Zero. Votei a favor do Gás do Povo”, destaca o parlamentar.

IMPACTOS PARA O SETOR PRODUTIVO E O CEARÁ

No recorte voltado ao Ceará, a atuação de Luiz Gastão concentrou-se na defesa de segmentos estratégicos da economia regional, como o comércio de bens, serviços e o turismo. “Para o nosso Estado, isso significou defender quem move a economia. Garantimos alíquota especial para bares, restaurantes e turismo na Reforma, lutamos por uma fiscalização mais justa e pela proteção e regularização das barracas da Praia do Futuro. E estamos trabalhando para atualizar o teto do MEI e do Simples, porque por trás de cada CNPJ tem uma história de coragem que merece uma lei que caiba na sua realidade”, afirma Gastão.

Além do foco econômico, a trajetória do deputado abrange iniciativas de desenvolvimento regional amparadas em referências culturais do Nordeste. Gastão é o autor do Projeto de Resolução n.º 34/2026, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, que criou a Comenda Padre Cícero Romão Batista de Desenvolvimento Regional. A honraria premia anualmente pessoas e instituições que se destacam por ações de impacto social, econômico e cultural na Região Nordeste, com entrega fixada no dia 24 de março, data de nascimento do religioso.

“Essa visão também vem da fé. A fé precisa caminhar com o serviço. Criamos e aprovamos por unanimidade a Comenda Padre Cícero Romão Batista de Desenvolvimento Regional, para reconhecer anualmente quem promove desenvolvimento social, econômico e cultural”, explica.

Para o parlamentar, o alinhamento entre diretrizes de apoio ao empreendedorismo, simplificação de impostos e políticas sociais é a métrica principal da efetividade do trabalho parlamentar. “É assim que o trabalho em Brasília chega na ponta: com menos imposto, mais crédito, mais proteção para quem empreende e políticas guiadas por valores”, conclui Luiz Gastão.

“ACREDITO QUE O PAPEL DO PARLAMENTO É FAZER A PONTE ENTRE BRASÍLIA E A VIDA REAL DO CIDADÃO.”

LUIZ GASTÃO
DEPUTADO FEDERAL

Luiz Gastão preside a Frente Parlamentar Católica na Câmara. Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Fernanda Pessoa amplia agenda de projetos com foco nos municípios e em políticas sociais

A atuação do Congresso Nacional também passa por propostas que buscam alterar políticas públicas já existentes. Um exemplo é o Projeto de Lei 3.737/2024, de autoria da deputada federal Fernanda Pessoa (PSD-CE), que propõe permitir o uso de recursos do Minha Casa, Minha Vida para a aquisição de móveis e eletrodomésticos considerados essenciais aos beneficiários do programa. Pelo texto apresentado à Câmara dos Deputados, a aquisição de bens móveis de primeira necessidade e de eletrodomésticos da linha branca poderia ser incluída no investimento do programa. A proposta cita como objetivo complementar a entrega da moradia com condições básicas para sua utilização.

A proposta está em tramitação na Câmara e aguarda deliberação. Na justificativa do PL, Fernanda Pessoa argumenta que a aquisição de bens essenciais pode ser incorporada aos custos do programa. É nesse percurso que aparece uma das funções do Parlamento: apresentar propostas, discutir seus impactos, receber alterações, analisar a constitucionalidade e decidir se determinada mudança deve ou não ser incorporada à legislação. "A parceria com os prefeitos e municípios cearenses é fundamental para fortalecer nosso mandato e transformar demandas em ações. É com diálogo e compromisso que conseguimos levar mais investimentos e melhorias para a população cearense", reforça a parlamentar.

SAÚDE COMO UMA DAS FRENTES DE ATUAÇÃO

A atuação parlamentar de Fernanda Pessoa também inclui propostas relacionadas à saúde. Entre elas está o PL 2.795/2023, que institui o Programa Saúde da Criança nas Escolas e prevê medidas voltadas à saúde visual e auditiva de estudantes da educação básica, incluindo a distribuição de lentes corretivas e aparelhos auditivos. O projeto está apensado a outra proposição que trata da assistência à saúde visual e auditiva de alunos da rede pública. Outra proposta de autoria da deputada é o PL 483/2025, que cria uma Política Nacional de Combate à Sífilis Congênita e de Atenção Integral à Saúde da Gestante e do Recém-Nascido. O projeto prevê diretrizes como diagnóstico precoce e tratamento da sífilis durante o pré-natal e no momento do parto. A atuação na área da saúde inclui ainda a defesa de políticas relacionadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e às doenças raras, pautas que integram a atuação parlamentar da deputada.

PROJETOS TAMBÉM ALCANÇAM MULHERES E EDUCAÇÃO

Entre as propostas relacionadas à proteção das mulheres está o PL 361/2024, de autoria de Fernanda Pessoa, que prevê aumento de pena para casos de exposição sexual envolvendo pessoa que saiba ou deva saber estar contaminada, inclusive em eventos festivos, carnavalescos ou semelhantes. O projeto está em tramitação na Câmara e já recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Na área educacional, a deputada é autora do PL 1.579/2023, que propõe isenção do Imposto de Renda para profissionais do magistério da educação básica. A proposta está apensada ao PL 165/2022 e aguarda avanço na tramitação na Comissão de Educação.



“O diálogo com o Parlamento qualifica as ações nos municípios”, defende Raimundo Martins

A eficiência das políticas públicas e a chegada de investimentos nos municípios dependem diretamente da capacidade de escuta dos legisladores e da ponte construída com a população. Para Raimundo Martins, ex-vice-prefeito de Tamboril e ex-presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece), a atuação no Legislativo deve ter como eixo a presença nos territórios e o municipalismo.

“Os legisladores são autênticos representantes das suas comunidades, realizando atendimento direto da população em muitos casos. O diálogo premente com o Parlamento permite qualificar as iniciativas legislativas e o planejamento do governo com ênfase nas prioridades da população”, afirma Martins. Segundo ele, essa proximidade garante efetividade às ações públicas. “A eficiência das políticas e investimentos públicos passa pela construção de pertencimento e reconhecimento das prioridades que os cidadãos e comunidades definem a partir dos seus desafios cotidianos. Outro ponto positivo é a transparência e a publicidade das ações de governo a partir das vozes dos parlamentares nas comunidades.”

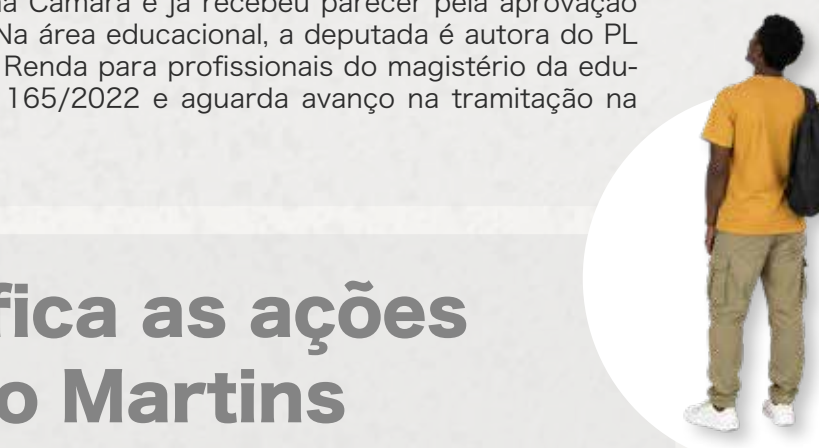
EXPERIÊNCIA DE BASE E ARTICULAÇÃO NO CEARÁ

Nascido na comunidade de Alegre, em Tamboril, Raimundo Martins tem a caminhada ligada aos trabalhadores rurais, à agricultura familiar e à organização popular. Além de ter exercido os mandatos de vereador e vice-prefeito por dois períodos em sua cidade natal, atua no movimento sindical, com passagens pela CUT Ceará e pela Fetraece. A federação engloba 183 sindicatos municipais filiados no Estado, com estrutura própria em Fortaleza e sete subsedes regionais para prestar suporte aos pequenos produtores.

Apoiador histórico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães (PT), Raimundinho é o candidato escolhido por Guimarães para o pleito de 2026 à Câmara dos Deputados, buscando dar sequência ao trabalho articulado junto aos municípios cearenses.

Ao projetar sua atuação em Brasília, o candidato enfatiza a intenção de manter o foco no municipalismo participativo. “Como deputado federal, vamos seguir os passos do deputado federal e atualmente ministro do presidente Lula, José Guimarães, definindo um mandato com perfil municipalista, sempre atento aos desafios de cada governo municipal”, pontua.

Foto: Divulgação



Para Martins, a construção das ações deve envolver diretamente a sociedade civil. “Vamos fortalecer um mandato participativo, dialogando com os sindicatos, lideranças, sociedade civil e governos que compõem nosso arco de alianças nessa eleição. Planejar prioridades de agenda, pauta legislativa e destinação de recursos das emendas a partir das realidades municipais e dos anseios de cada sindicato e organização social”, conclui.



Estar próximo dos municípios é papel dos deputados, defende Davi de Raimundão

“O nosso papel é estar próximo dos municípios”. Assim definiu o deputado estadual Davi de Raimundão (MDB) o trabalho que os parlamentares devem desempenhar. Tentando o terceiro mandato na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), o legislador afirmou que ouvir as necessidades da população e buscar os caminhos para que as demandas saiam do papel é uma de suas funções.

Davi atua principalmente na região do Cariri cearense. Em Juazeiro do Norte, maior cidade do sul do Estado, o seu pai, Raimundão, é uma liderança política histórica e foi prefeito por dois mandatos.

Para a região, ele tem atuado na articulação para conseguir recursos, obras e equipamentos em áreas como saúde, infraestrutura, educação e proteção social. “Dentre as ações do mandato, estão a destinação de recursos para a saúde, a articulação para a chegada da CEGÁS do Cariri, com mais de R\$ 25 milhões em investimentos, o apoio à implantação do Hospital Universitário do Cariri e a destinação de emendas para municípios da região”, enumerou.

“Nosso mandato tem buscado transformar as demandas dos municípios em ações concretas, principalmente na região do Cariri”, frisou.

Ele acrescentou a Casa da Criança e do Adolescente, inaugurada em 3 de julho de 2026 em Juazeiro do Norte e que atende a uma demanda regional de proteção aos menores de idade.

AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO

De acordo com o deputado, a população consegue perceber “quando o trabalho parlamentar é feito pensando no interesse do município e não apenas nas questões políticas”.

Davi faz oposição à atual gestão de Juazeiro do Norte, mas isso, segundo ele, não o impede de aportar recursos e articular projetos para o município. “O deputado tem o papel de fiscalizar, cobrar, apresentar propostas e também buscar recursos e investimentos para as cidades. Podemos ter divergências com uma gestão municipal, mas isso não pode impedir que uma demanda da população seja defendida”, disse.

O compromisso dos parlamentares, segundo o emedebista, é buscar soluções. “As diferenças políticas fazem parte da democracia, mas elas não podem estar acima dos interesses da população”, finalizou.



Davi de Raimundão: deputados têm que transformar demandas dos municípios em projetos concretos.
Foto: Divulgação



“O NOSSO PAPEL É ESTAR PRÓXIMO DOS MUNICÍPIOS”

DAVI DE RAIMUNDÃO
DEPUTADO ESTADUAL



OS BASTIDORES DAS ELEIÇÕES 2026 ESTÃO NO OPINIÃO CE.

Dos grandes acontecimentos aos movimentos que acontecem longe dos holofotes: acompanhe a cobertura eleitoral do Opinião CE.

Notícia. Bastidores. Contexto. Informação.

www.opinioace.com.br

f opinioace @ opinioace ↻ opinioace X grupoopinio